

**MINEIRAO**

**Relatório da Diretoria:** A Administração da Minas Arena - Gestão de Instalações Esportivas S.A. ("Minas Arena" ou "Companhia"), em cumprimento ao Art. 133 da Lei 6.404/76, vem prestar aos acionistas e ao mercado, informações relativas às atividades sociais desenvolvidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, bem como apresentar o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado do Exercício, a Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração de Fluxos de Caixa e as respectivas notas explicativas, os quais se encontram acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes. Após a reorganização do Mineirão passou por um período de aprendizado e maturação, dadas suas características únicas e inovadoras. Os anos de 2013 e 2014 foram marcados pela realização da Copa das Confederações e Copa do Mundo, a partir de 2015 a Companhia vem trabalhando ativamente para consolidar o Mineirão como principal Arena Multiesportiva do Brasil, acumulando números positivos e crescimento de mais de 100% com uma exploração comercial neste período. No ano de 2019, o estádio recebeu cerca de 3,0 milhões de pessoas em 48 partidas de futebol, 256 eventos, vistas ao Museu Brasileiro do Futebol e Esplanada. No ano de 2019, foram amortizados cerca de R\$ 39.044 milhões em empréstimos e financiamentos, restando ainda um saldo de cerca de R\$214,5 milhões

a serem amortizados referentes aos empréstimos realizados pela Concessionária para as obras de reforma e modernização do Estádio.

**Empréstimos e financiamentos**

**Emprestimos e financiamentos**

Ano	Valor (R\$ mil)
2013	496.732
2014	490.246
2015	376.267
2016	335.615
2017	290.153
2018	252.863
2019	214.500

**Emprestimos Sustentável.** Desde a reforma, várias ações de sustentabilidade foram continuadas sendo realizadas pela Minas Arena no Gigante da Pampulha, como a operação, em parceria com a Cemig, de uma Usina Solar Fotovoltaica (USF Mineirão). Há também reaproveitamento da água de chuva, que é estocada em cisternas para

mais de 5 milhões de litros de capacidade, que representa uma economia de até 70% no consumo de água potável. Outra prática inovadora é a coleta e sustentável e a destinação de todo o resíduo reciclável para a associação de catadores ASmare, além da reciclagem do vidro, antes enviado ao aterro sanitário. Todas estas práticas fazem parte do projeto de sustentabilidade do Mineirão, denominado Gigante Pela Natureza. O Complexo do Mineirão é o primeiro e único estádio do Brasil a conquistar o grau Platinum da Certificação LEED. Recombem, em novembro de 2014, o prêmio ouro do Selo BHI Sustentável, renovado pela Prefeitura de Belo Horizonte. Em setembro de 2016, aderimos ao Pacto Global, iniciativa da ONU de mobilização da comunidade empresarial para a adoção, em suas práticas de negócios, de valores fundamentais e internacionalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Durante 2019, focamos o desenvolvimento de três, dos dezesseis Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), como prioridades para guiar as atividades futuras da instituição. São eles: ODS 05 (Igualdade de Gênero), ODS 08 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) e ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes). A partir de então a empresa trabalhará no desenvolvimento de ações relacionadas a estes ODS, como a campanha #Repense e o desenvolvimento de uma cartilha de acessibilidade ao Estádio. Pontuamos também que o

Mineirão desenvolveu outras atividades tão importante quanto, como a criação da campanha #racismofree, com a implementação de um canal de comunicação pelo qual o frequentador do estádio que sofrer ou presenciar casos de racismo ou injúria racial poderá enviar um e-mail relatando, bem como a criação de área para detectar e implementar soluções que impactem positivamente a experiência do nosso cliente, inclusive na área de acessibilidade. **Impactos Socioeconômicos:** Em maio de 2020, o Instituto de Pesquisas Econômicas Administrativas e Contábeis de Minas Gerais - IPEAD, emitiu o resultado de um estudo do impacto socioeconômico dos jogos-evento realizados no Complexo do Mineirão sobre a economia. Este estudo independente mostrou, dentre outros resultados, que em 2019, com um público de mais de 2 MM de pessoas, os jogos-evento realizados promoveram uma injeção imediata na economia de R\$662MM, onde a cada R\$1 despendido/gasto dentro do Mineirão, R\$5,23 foram despendidos/gastos fora. A projeção de impacto destes jogos-evento nos anos de 2020 e 2021 é de R\$948MM, equivalente a 0,79% do PIB de Belo Horizonte, e a 0,15% do PIB de Minas Gerais. Além disso, o estudo apontou que foram gerados 5.753 postos de trabalho na economia de Belo Horizonte, R\$144 MM de rendas de salários e R\$50,05 MM em impostos. Tudo demonstra o quanto gerar e importante é o Mineirão. A Administração da Minas Arena - Gestão de Instalações Esportivas S.A.

**Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)**

Ativo	31/12/2019		31/12/2018	
	Notas	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2018
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	4	17.009	23.395	
Ativo financeiro de concessão	5	101.702	107.509	
Contas a receber de clientes	6	12.422	4.559	
Impostos e contribuições a recuperar	7	1.635	2.748	
Adiantamentos a fornecedores	7	1.628	167	
Estoques	8	1.042	786	
Despesas antecipadas	8	1.492	606	
		135.930	139.770	
<b>Não circulante</b>				
Ativo financeiro de concessão	5	423.151	471.005	
Contas a receber de clientes	6	36.652	18.601	
Impostos e contribuições a recuperar	7	1.145	5.355	
Outros ativos não circulantes	8	401	371	
		461.349	495.332	
Imobilizado	8	2.154	2.508	
Intangível	9	33.459	34.911	
		496.962	532.751	
<b>Total do ativo</b>		<b>632.892</b>	<b>672.521</b>	
<b>Passivo</b>				
<b>Circulante</b>				
Fornecedores	10	3.427	2.217	
Empréstimos e financiamentos	11	40.380	39.773	
Obrigações e encargos trabalhistas	11	1.266	1.420	
Impostos e contribuições a recolher	11	641	1.821	
Adiantamento de clientes	16	13.931	10.603	
Receitas diferidas	16	2.315	-	
Outras obrigações a pagar	16	265	427	
		62.245	56.207	
<b>Não circulante</b>				
Empréstimos e financiamentos	11	174.184	213.244	
Tributos diferidos	12	12.097	6.985	
Partes relacionadas	13	10	3.773	
Provisão para riscos	14	245	349	
Receitas diferidas	14	5.914	2.059	
Outros passivos	14	748	405	
		193.198	228.615	
		255.623	283.022	
<b>Total do passivo</b>		<b>515</b>	<b>515</b>	
<b>Patrimônio líquido</b>				
Capital	15	246.405	246.405	
Reserva de lucros	15	130.864	143.094	
		377.269	389.499	
		632.892	672.521	

**Demonstração do resultado para os exercícios finais em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)**

	Notas	31/12/2019	31/12/2018
<b>Recita líquida</b>	17	66.708	70.655
Costos dos serviços prestados	18	(2.552)	(20.607)
<b>Lucro bruto</b>		45.156	50.048
<b>Recitas (despesas) operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas	18	(16.118)	(14.502)
Outras recitas (despesas) operacionais, líquidas	-	2.649	269
		(13.469)	(14.233)
<b>Lucro operacional</b>		31.687	35.815
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras	19	15.276	2.003
Despesas financeiras	19	(26.046)	(27.374)
		(10.770)	(25.371)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		20.917	10.445
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	(4.147)	(374)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		16.770	10.071
Quantidade de ações (em milhares)		8.214	8.214
Lucro básico e diluído por ação		2,04	1,23

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstração do resultado abrangente para os exercícios finais em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)**

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	16.770	10.071
Resultados abrangentes do exercício	16.770	10.071
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>16.770</b>	<b>10.071</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstração do fluxo de caixa para os exercícios finais em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)**

	31/12/2019	31/12/2018
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	20.917	10.445
<b>Ajustes para conciliar o resultado</b>		
Depreciação e amortização	3.228	2.401
Impostos e contribuições e financiamentos	18.762	22.620
Receita financeira sobre ativo financeiro de concessão	(43.353)	(53.259)
Tributos diferidos	5.112	519
Receitas de vendas (em milhares)	8.214	8.214
Imposto de renda e contribuição social	(4.147)	(374)
Variação taxa TJLP sobre financiamentos	753	1.859
Reversão de imobilizado	65	-
Reversão perdas esperadas	(88)	-
Reversão provisão contingência	(104)	-
<b>Variações nos ativos e passivos operacionais</b>		
Ativo financeiro de concessão	97.196	107.160
Contas a receber de clientes	(25.826)	(3.184)
Adiantamentos a fornecedores	(461)	(82)
Impostos e contribuições a recuperar	5.322	2.620
Estoques	(256)	(220)
Outros ativos	(916)	250
Fornecedores	1.210	854
Obrigações e encargos trabalhistas	(154)	(154)
Impostos e contribuições a recolher	(1.180)	710
Adiantamento de clientes	3.328	929
Outros passivos	181	307
<b>Caixa gerado pelas operações</b>	<b>84.878</b>	<b>91.991</b>
Juros pagos	(18.869)	(23.301)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>66.009</b>	<b>68.690</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Adições de imobilizado	(225)	(18)
Adições de intangível	(362)	12
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(587)</b>	<b>(6)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(39.045)	(38.805)
Partes relacionadas	(32.763)	(37.000)
Dividendos	(71.808)	(78.355)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>(143.616)</b>	<b>(154.160)</b>
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquido	(77.193)	(85.476)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	23.395	32.609
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquido	17.009	23.395
<b>Informações complementares:</b>	<b>(60.386)</b>	<b>(62.071)</b>
Transações que não envolvem caixa:		
Contas a receber de clientes	5.030	-
Receitas diferidas	(5.030)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios finais em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)**

Capital social	Reserva de lucros				Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva de submissão		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	246.405	7.349	26.593	136.081	416.428	416.428
Lucro líquido do exercício	-	-	-	10.071	10.071	10.071
Constituição da reserva legal	-	504	-	(504)	-	-
Transferência para reserva de submissão	-	-	-	(9.567)	(9.567)	-
Distribuição de dividendos	-	-	(26.593)	(10.071)	(46.664)	(46.664)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	246.405	7.853	-	135.241	389.499	389.499
Lucro líquido do exercício	-	-	-	(16.770)	16.770	16.770
Constituição da reserva legal	-	839	-	(839)	-	-
Transferência para reserva de submissão	-	-	-	15.931	(15.931)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(29.000)	(29.000)	(29.000)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	246.405	8.692	-	129.176	377.269	377.269

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**1. Informações gerais**  
A Minas Arena Gestão de Instalações Esportivas S.A. (Minas Arena ou Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Avenida Antônio Abranches Caram, 1001 – Pampulha, Belo Horizonte – MG. A Companhia foi constituída em 13 de dezembro de 2010 com o objeto social específico e exclusivo a operação e manutenção do Estádio Governador Magalhães Pinto (Estádio do Mineirão) e as áreas anexas ao Estádio, precedidas de obras de reforma, renovação e adequação, podendo ainda explorar fontes de receitas complementares, acessórias ou de projetos associados, conforme edital de licitação concorrência nº 02/2010/SEPLAG/MG, publicado pelo Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG), e nos termos do contrato de concessão administrativa (contrato de concessão).  
A Companhia é administrada em conjunto pela Construcap CPQS – Engenharia e Comércio S.A., pela Egisa Engenharia S.A. e Hap Engenharia Ltda.  
**Contrato de Concessão**  
O contrato de Parceria Público Privada (PPP), na modalidade de concessão administrativa para reforma e operação do Mineirão, foi firmado em 21 de dezembro de 2010, entre o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – (SEPLAG) (Poder Concedente) e a Minas Arena – Gestão de Instalações Esportivas S.A. (concessionária). O prazo de concessão é de 27 anos. As obras de construção foram concluídas em 21 de dezembro de 2012.  
A referida concessão tem por finalidade permitir ao concessionário recuperar o investimento feito na reforma e cobertura do estádio, além de cobrir integralmente pela contraprestação pública. Conseqüentemente, a concessionária explora economicamente o estádio e os bens móveis e imóveis que o integram. A referida obra preenche os requisitos impostos pela FIEFA pelo Comitê Organizador da Copa do Mundo de 2014, que recebeu tanto as partidas da Copa do Mundo de 2014, quanto as Olimpíadas de 2016.  
A emissão dessas demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 09 de março de 2020.

**2. Resumo das principais políticas contábeis**  
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição contrária.  
**2.1. Base de medição**  
As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.  
As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.  
A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais pressupostos e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 9.  
**2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação**  
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda da principal ambiente econômico no qual a empresa atua. As demonstrações contábeis estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da companhia e, também, a moeda de apresentação.  
**2.3. Caixa e equivalentes de caixa**  
Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. No caso de utilização de custos amortizados, o saldo apresentado líquido na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas, quando existentes, são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante.  
**2.4. Instrumentos financeiros**  
**2.4.1. Ativos financeiros – classificação**  
A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.  
Nos períodos apresentados na Companhia não possuía ativos financeiros classificados como disponíveis para venda e mantidos até o vencimento.  
**2.4.2. Ativos financeiros – reconhecimento e mensuração**  
As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data de negociação.  
Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

**2.4.3. Compensação de instrumentos financeiros**  
Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O balanço patrimonial não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicado no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência.  
**2.4.4. Impairment de ativos financeiros**  
**Ativos mensurados ao custo amortizado**  
A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de que os resultados de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento do ativo ou grupo de ativos (um evento de perda) e aquele evento (ou incógnitas) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de forma confiável. Não houve necessidade de reconhecimento de perda neste exercício.  
**2.5. Contas a receber de clientes**  
As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela exploração das fontes de receita do Estádio. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas como ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.  
As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo valor justo menos a provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PCLCD ou impairment).  
**2.6. Estoques**  
Os estoques são contabilizados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor.  
**2.7. Imobilizado**  
O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretos atribuíveis à aquisição dos itens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico-futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.  
A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:  
Anos  
Equipamentos em geral ..... 10  
Móveis e utensílios ..... 10  
Instalações ..... 10  
Equipamentos de informática ..... 3  
Veículos ..... 4  
O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.  
**2.8. Ativos Intangíveis**  
São registrados como ativos intangíveis as benfeitorias nos bens de terceiros realizadas após a conclusão das obras do Mineirão e que poderão vir a ser reversíveis ao prazo concedido no final do contrato. Os ativos intangíveis são amortizados pelo prazo de duração do contrato de concessão firmado entre a Minas Arena e o Poder Concedente.  
**2.9. Impairment de ativos não financeiros**  
Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Não houve necessidade de reconhecimento de perda neste exercício.  
**2.10. Fornecedores**  
As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.  
Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros.  
**2.11. Empréstimos e financiamentos**  
Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (fluxos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.  
Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.  
Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, constroem ou produção de um ativo qualificado, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para ser usado ou vendida pretendido, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

**MINEIRAÇÃO**

sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidação. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

**2.16. Reconhecimento da receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios típicos são atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

**(a) Receita de serviços**

A receita de prestação de serviços relacionados a operação e exploração do Mineirão, como a realização de eventos, atividades esportivas (jogos de futebol), cessão de uso do espaço (shows), serviços de veiculação de publicidade nos telões localizados no estádio e outras decorrentes da exploração das fontes de receita do Estádio é reconhecida no período em que os serviços são produzidos, utilizando o regime de competência.

**(b) Receita financeira**

A receita financeira decorrente do ativo financeiro é reconhecida pelo método linear com base no tempo e taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto. A taxa de juros efetiva foi apurada com base no fluxo de caixa descontado considerando os desembolsos efetuados para execução das obras de reforma, renovação e adequação do Mineirão e os recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de concessão.

**(c) Receita diferida**

A receita diferida é reconhecida quando das vendas de camarote ou cadeiras por temporada, bem como contratos de patrocínios.

Assim, a cada mês na realização das receitas efetivas, efetua-se a apropriação da receita nas contas de resultado por meio de crédito no valor correspondente à fração do período de cada contrato.

**2.17. Distribuição de dividendos**

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

**2.18. Normas novas, alterações e interpretações de normas contábeis.**

A seguir, os princípios, pronunciamentos e as interpretações contábeis emitidos pelo IASB e "International Financial Reporting Standards Interpretations Committee" (IFRIC), foram publicados ou revisados que entrarão obrigatoriamente em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

• IFRS 16 – "Operações de Arrendamento Mercantil" (CPC 06 R2) – a nova norma substitui o IAS 17 – "Operações de Arrendamento Mercantil" e estabelece critérios de reconhecimento e determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo licitar fora do escopo dessa norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. Os efeitos foram analisados e não tiveram impactos relevantes para a companhia.

• IFRS 23 "CPC 22 – Inerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro – emitida em maio de 2017, surge com o intuito de esclarecer a contabilização de passivos fiscais que poderão não ser aceitas pelas autoridades fiscais relativos às matérias de IRPJ e CSLL.

Em linhas gerais, o principal ponto de análise da interpretação refere-se à probabilidade de aceitação do Fisco sobre o tratamento fiscal escolhido pela companhia. A IFRS 23/CPC 22 será aplicada para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia avaliou a interpretação e não espera impactos materiais na adoção desta interpretação.

**3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em prêmios, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

**Ativo financeiro de concessão**

A Companhia reconhece o "Ativo financeiro de concessão" com base em fluxo de caixa descontado que considera os desembolsos feitos na construção do Estádio e os valores estimados a receber do Poder Concedente relativos ao ressarcimento desses investimentos, conforme previsto contratual. A Taxa Interna de Retorno (TIR) foi apurada pelo fluxo de desembolsos (custo da construção) e entradas estimadas.

A TIR apurada será aplicada sobre o valor presente do "Ativo financeiro de concessão" para reconhecimento da receita financeira sobre o referido ativo.

Na projeção das parcelas futuras a receber do Poder Concedente, foram utilizados os critérios previstos contratualmente (TJLP e IPCA, conforme aplicável a cada parcela). A estimativa futura desses índices foi efetuada com base em informações de mercado na data do balanço.

**4. Caixa e equivalentes de caixa**

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e bancos	17	5.896
Aplicações financeiras	16.929	17.409
	17.000	23.305

As aplicações financeiras em Certificados e Depósitos Bancários (CDB) possuem rendimentos atrelados à taxa de 97,5% e 99,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2019 (2018 – 78,5% e 94,5%). Estas aplicações são mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha. Os prazos para resgate são imediatos e sem ônus para a Companhia.

**5. Ativo financeiro de concessão**

Refere-se à parcela de valores a receber decorrentes do contrato de parceria público privado firmado com o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG). Estão registrados com base na aplicação da Interpretação Técnica ICP/01 "Contratos de Concessão" e da Orientação Técnica OCP/05 "Contratos de Concessão" (IFRIC 12 e pronunciamento técnico CPC 48 "Instrumentos Financeiros").

(Nota nº 11. Tratase de um direito incondicional de receber o outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente pelas obras de reforma, renovação e adequação do Estádio.)

**Circulante**

	31/12/2019	31/12/2018
Ativo financeiro a faturar	101.702	105.094
Ativo financeiro faturado	-	- 2.415
	101.702	107.509

	31/12/2019	31/12/2018
Ativo financeiro a faturar	423.151	471.005
Ativo financeiro faturado	-	- 524.853
	423.151	524.853

O recebimento das contraprestações está ocorrendo em 120 parcelas para a parcela pecuniária mensal (Pa) e 300 parcelas complementares mensais (Pb). Ambas as parcelas estão registradas a valor justo com base nas seguintes taxas de desconto: 11,5% a (Pa) e 8,34% a (Pb). O recebimento do ativo financeiro de concessão teve início em janeiro de 2013 e está de acordo com o previsto no contrato de concessão.

**Movimentação do ativo financeiro de concessão**

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	578.514	632.415
Recebimentos	78	(97.196)
Saldo final	524.853	578.514

**6. Contas a receber de clientes**

	31/12/2019	31/12/2018
Contas a receber de clientes faturados	9.200	4.143
Contas a receber de clientes a faturar	42.567	19.796
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(693)	(781)
	49.074	23.160

**Circulante**

	31/12/2019	31/12/2018
Circulante	12.422	4.559
Non circulante	36.652	18.601
	49.074	23.160

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía em suas contas a receber o montante de R\$ 23.211 (2018 – R\$ 21.822) que se encontra vencido, mas não *impairado* (comprometido). Os referidos valores encontram-se em negociação e a administração da Companhia não possui expectativa de perda dos mesmos:

	31/12/2019	31/12/2018
A vencer	26.556	2.119
Vencido de 1 a 29 dias	988	290
Vencido de 30 a 59 dias	56	922
Vencido de 60 a 179 dias	600	3.300
Vencido de 180 a 360 dias	1.732	3.576
Vencido a mais de 360 dias	19.324	13.734
	49.766	23.941

**Movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa**

	2018	Adições	Baixas	2019
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	781	(88)	(693)	688

A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideráveis suficientes para fazer face as eventuais perdas na realização dos créditos e se baseia genericamente em títulos vencidos que a companhia não espera receber.

**7. Impostos e contribuições a recuperar**

	31/12/2019	31/12/2018
Programa integração social a recuperar (Pis)	-	1.070
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social a Recuperar (Cofins)	1.141	4.568
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	1.440	1.861
Outros impostos e contribuições	199	604
	2.780	8.103
Circulante	1.635	2.748
Non circulante	1.145	5.355
	2.780	8.103

A Companhia possui expectativa de recuperação dos impostos a recuperar classificados no ativo não circulante até 31 de dezembro de 2021.

**8. Imobilizado**

	Taxa anual de depreciação	31/12/2018	Adições	Baixas	Transfere-ncia	31/12/2019
<b>Custo</b>						
Equipamentos em geral	1,424	5	-	-	1.429	3.717
Móveis e utensílios	3,717	20	(65)	-	-	193
Instalações	193	-	-	-	193	447
Equipamentos de informática	447	150	-	-	597	47
Veículos	47	23	-	-	70	86
Outras	86	27	-	-	113	5.914
	5.914	228	(65)	-	6.074	

**Depreciação acumulada**

	10%	(685)	(143)	-	-	(828)
Equipamentos em geral	10%	(2.098)	(372)	42	-	(2.428)
Móveis e utensílios	10%	(107)	(19)	-	-	(126)
Instalações	20%	(400)	(39)	-	-	(439)
Equipamentos de informática	20%	(48)	(2)	32	-	(18)
Veículos	20%	(68)	(13)	-	-	(81)
Outras	20%	(3.406)	(588)	7	-	(3.926)
	2.508	(363)	9	-	-	2.154

**Imobilizado líquido**

	Taxa anual de depreciação	31/12/2017	Adições	Baixas	Transfere-ncia	31/12/2018
<b>Custo</b>						
Equipamentos em geral	1,424	-	-	-	1.424	3.722
Móveis e utensílios	3,722	2	(12)	-	-	193
Instalações	193	-	-	-	193	431
Equipamentos de informática	431	16	-	-	447	47
Veículos	47	-	-	-	47	86
Outras	86	18	(12)	-	5.914	
	5.908	18	(12)	-	5.914	

**Depreciação acumulada**

	10%	(543)	(142)	- <th>- <th>(685)</th> </th>	- <th>(685)</th>	(685)
Equipamentos em geral	10%	(1.732)	(366)	-	-	(2.098)
Móveis e utensílios	10%	(88)	(19)	-	-	(107)
Instalações	20%	(355)	(45)	-	-	(400)
Equipamentos de informática	20%	(48)	-	-	-	(48)
Veículos	20%	(58)	(10)	-	-	(68)
Outras	20%	(2.824)	(582)	7	-	(3.406)
	3.084	(564)	(12)	-	-	2.508

**Imobilizado líquido**

	Taxa anual de amortização	31/12/2018	Adições	31/12/2019
<b>Custo</b>				
Softwares		192	24	216
Beneficiários em imóveis de terceiros		44.775	338	45.113
		44.967	362	45.329

**Amortização acumulada**

	20%	(190)	(3) <th>(193)</th>	(193)
Softwares	4%	(9.866)	(1.811)	(11.677)
Beneficiários em imóveis de terceiros		(10.856)	(1.814)	(11.870)
		34.911	(1.452)	33.459

**Imobilizado líquido**

	Taxa anual de amortização	31/12/2017	Adições	31/12/2018
<b>Custo</b>				
Softwares		192	24	192
Beneficiários em imóveis de terceiros		44.775	338	44.775
		44.967	362	44.967

**Amortização acumulada**

	20%	(176)	(14) <th>(190)</th>	(190)
Softwares	4%	(8.061)	(1.805)	(9.866)
Beneficiários em imóveis de terceiros		(8.247)	(1.819)	(10.055)
		36.736	(1.819)	34.911

**Intangível líquido**

	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores de materiais	52	109
Outros fornecedores	346	1.108
Provisão para serviços prestados a faturar (a)	(342)	(247)
	52	970

**10. Fornecedores**

A Companhia possui contrato de empréstimo e financiamento que apresenta cláusulas restritivas as quais estabelecem obrigações quanto à manutenção de índices financeiros sobre as operações contábeis Índice de Cobertura do Serviço de Dívida (ICSD) superior a 1,30, cujo descumprimento produz efeitos apenas ao que concerne à impossibilidade de distribuição de quaisquer recursos aos acionistas, sob a forma de dividendos, juros sobre capital próprio, pagamento de juros e ou amortização de dívida subordinada em redução de capital, pró-labore, participação nos resultados e honorários a qualquer título.

A Companhia realizou distribuição de dividendos durante o ano de 2019, com base no balanço patrimonial do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. O ICSD calculado para o período foi de:

	31/12/2019	31/12/2018
Encargos	1.214.564	252.963
TJLP - 2,34%	214.564	252.963
a.a.	214.564	252.963
	174.184	213.244
	214.564	252.963

**Garantias**

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos substancialmente por:

- Direito de recebimento da integralidade da receita da beneficiária;
- Todos os demais direitos da beneficiária emergentes sob contrato de PPP;
- Totalidade dos direitos creditórios, presentes ou futuros, detidos pela beneficiária.

**Escalação dos empréstimos e financiamentos**

Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	31/12/2019	31/12/2018
2020	39.630	39.630
2021	39.630	39.630
2022 e acima	135.013	133.984
	174.184	213.244

**Cláusulas restritivas**

A Companhia possui contrato de empréstimo e financiamento que apresenta cláusulas restritivas as quais estabelecem obrigações quanto à manutenção de índices financeiros sobre as operações contábeis Índice de Cobertura do Serviço de Dívida (ICSD) superior a 1,30, cujo descumprimento produz efeitos apenas ao que concerne à impossibilidade de distribuição de quaisquer recursos aos acionistas, sob a forma de dividendos, juros sobre capital próprio, pagamento de juros e ou amortização de dívida subordinada em redução de capital, pró-labore, participação nos resultados e honorários a qualquer título.

A Companhia realizou distribuição de dividendos durante o ano de 2019, com base no balanço patrimonial do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. O ICSD calculado para o período foi de:

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Capital-	252.963	680
Juros BNDDES	1.031	(22.304)
Juros BNDIS	787	(18.869)
Total geral	252.963	(57.914)

**Empréstimos**

	31/12/2017	zácio	Amortização	Juros	Saldo
Crédito industrial – BNDIS	289.122	1.859	(38.805)	-	252.176
Juros BNDIS	1.031	-	(22.304)	22.660	213.884
Total geral	290.153	1.859	(61.109)	22.660	252.963

(a) Quando a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) for superior a 6% ao ano, o montante correspondente a parcela da TJLP que vier a exceder 6% ao ano será capitalizado no dia 15 de cada mês da vigência do contrato com o BNDIS.

**12. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social são registrados nas demonstrações contábeis com base na receita reconhecida e nos custos e nas despesas incorridos pelo regime de competência.

**(a) Tributos diferidos**

